

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ☆ ☆ ☆

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

ANC
p2

Teatro político

A saída de três ministros ligados ao deputado Ulysses Guimarães — Renato Archer, da Previdência; Celso Furtado, da Cultura; e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia— surge à primeira vista como um efeito retardado, e mesmo extemporâneo, da polêmica entre o presidente do Congresso constituinte e o chefe do Executivo. O assim chamado “confronto entre os poderes” parece superado, não só pelo tom comparativamente ameno do pronunciamento de Ulysses Guimarães em defesa do atual projeto de Constituição, como pelo estilo conciliador que o presidente Sarney adotou em sua última “Conversa ao Pé do Rádio”, nesta sexta-feira.

Apesar das interpretações passionais que despertou em alguns setores políticos, não havia, com efeito, nenhuma ameaça institucional no duelo retórico entre Ulysses e Sarney. O jogo de cena em que rivalizam, rompem, reconciliam-se e voltam a debater as duas principais personagens do “establishment” político brasileiro compõe, simplesmente, uma das tediosas rotinas do atual processo de transição, como se um enferrujado pêndulo de poderes concedesse em oscilar indefinidamente com o único propósito de, ao fim de cada movimento, marcar a mesma hora que havia acabado de bater.

Os dois discursos, na verdade, pareciam antes visar um público específico do que dar início a um confronto que, no atual momento, não interessa a nenhum dos seus protagonistas. A dureza das palavras de Sarney reflete uma situação de isolamento político, na qual importaria apresentar-se como paladino dos últimos setores ainda dispostos a lhe dar sustentação: o grande empresariado e a cúpula militar. A tensão criada em torno de seu discurso exacerbou-se freneticamente, não só por uma reação natural face às tentativas desestabilizadoras do presidente quando da votação de seu tempo de mandato, mas também pela defesa triunfalista e eleitoreira que o atual projeto vinha encontrando por parte de Ulysses Guimarães. A crítica aos absurdos aprovados no primeiro turno transformou-se facilmente, assim, numa ofensa brutal, a ser repelida como se fosse obra do mais nítido golpismo. Em consequência, o discurso de Ulysses Guimarães foi visto como uma reação sacrossanta em favor da ordem institucional.

Deste confronto imaginário, o presidente do Congresso constituinte colheu, num primeiro momento, substanciais vitórias políticas. Uma esmagadora maioria aprovou globalmente o projeto. Mais importante do que isto, Ulysses pareceu fortalecer sua própria posição dentro do PMDB. Os preparativos para a convenção partidária do próximo mês iam revelando as tendências de autonomia e de contestação do grupo “históri-

co”, sem que o predomínio pessoal de Ulysses Guimarães parecesse, por si só, garantir mais uma vez a unidade do partido. Imaginado na condição de patriarca da ordem constitucional, de adversário emérito do presidente Sarney, seu prestígio recuperou-se rapidamente.

Dentro desse quadro, uma incompatibilidade localizada, administrativa e menor —a que opunha Renato Archer a Sarney— ganhou, com a solidariedade de Celso Furtado e de Luiz Henrique, a dimensão política de um rompimento entre Ulysses e o presidente da República. Mais uma vez, a aparência de conflito não corresponde à realidade. Esforços de conciliação são feitos pelas duas partes. Mas Sarney ganha três ministérios, e Ulysses recupera prestígio junto aos “históricos” do PMDB.

Contudo, o “rompimento” é tão inconvincente que não permite atribuir, ao presidente do PMDB, uma vitória tão nítida como parecia de início. Como explicar, em meio a todo o aparato teatral desta polêmica, o fato de que o partido de Ulysses continua com nove ministros no governo Sarney? Em que Íris Rezende ou Jáder Barbalho seriam menos “históricos” que Luiz Henrique? Evidencia-se, como sempre, a extrema descaracterização de um partido que concilia, ao mesmo tempo, adeptos e adversários, entusiastas e ofendidos, colaboradores e inimigos do governo Sarney. Fosse real a interpretação de que, neste momento, o presidente da República pretende destruir o Congresso constituinte, ao PMDB não restaria outra atitude se não a de se desligar de fato do governo. Fosse o PMDB algo mais do que uma agremiação desconjuntada e contraditória, o pedido de demissão não se restringiria aos três ministros que desfrutam do convívio pessoal com Ulysses Guimarães. Fosse Ulysses Guimarães o incontestado chefe partidário que se imagina, o ministério de Sarney não estaria ocupado por tantos liderados seus.

A pretensa “crise política” se resolve, assim, em coisa nenhuma. Uma polêmica, entretanto, existe de fato. Desdobra-se em inúmeros pontos específicos do atual projeto. Será travada, nas votações de cada uma das emendas supressivas, entre grupos formados por alianças circunstanciais; ou será minimizada, conforme o caso, por acertos e propostas de entendimento igualmente circunstanciais. Os rumos da futura Constituição permanecem, assim, tão nebulosos como sempre foram. O que não exclui novas ameaças de conflito. Importa, antes de tudo, encarar todos os pontos polêmicos do texto com máxima objetividade. Face ao ambiente de passionalidade, de demagogia e de teatralização vivido nesta última semana, este imperativo parece, mais do que nunca, de difícil realização.